

ENTREVISTA

Entrevista com Bruna Gisi*

Interview with...

Entrevista con...

Camila Corvisier, Guilherme Olímpio-Fagundes,
Henrique Assi Hernandez, João Pedro Gomes Balanco,
Lucas de Paula Fonseca, Tales Mançano**

*Doutora e Mestra em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), atualmente é professora doutora no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da da USP.

** Autores ordenados alfabeticamente.

A Equipe Editorial da Primeiros Estudos agradece profundamente à Prof.^a Bruna Gisi por ter possibilitado a realização dessa entrevista.

Bloco 1 | Vida

Primeiros Estudos (1E): Como descreveria sua origem familiar? Quais momentos da infância e adolescência você considera marcantes?

Bruna Gisi (BG): Com relação a minha origem, eu avalio que tenho uma origem social bastante privilegiada. Sou neta de imigrantes. Algumas gerações atrás a família dos meus avós paternos veio para o Brasil e eles se tornaram agricultores. Trabalhando em uma cidade muito pequenininha, migrando de cidade em cidade no interior de Santa Catarina. Muito pobres. Minha avó paterna foi aprender a ler e escrever com 70 anos, depois que meu avô faleceu, e ele faleceu analfabeto. E, do lado da minha mãe, é uma história um pouco mais curiosa, porque são eles mesmo, os meus avós maternos, que migraram para o Brasil. Eles vieram de uma região que hoje fica no Cazaquistão, mas que foi parte da União Soviética, era uma colônia de alemães. E eles fugiram do regime stalinista, das atrocidades do stalinismo. Fugiram pela China, chegaram no Brasil e foram beneficiários das políticas de recepção aos imigrantes europeus que aconteceu pela década de 30. A partir disso, conseguiram se estabelecer também no interior de Santa Catarina e criar um comércio.

A geração dos meus pais já teve a possibilidade de cursar a universidade. Meu pai, por ter participado de seminário, estava se formando para ser padre, mas desistiu bem no final, quando ele já tinha quase 20 anos, e foi fazer curso universitário, muito por causa dessa influência do seminário, e se formou em letras e filosofia. E a minha mãe também conseguiu: chegou a ter a formação universitária e se tornou professora universitária. Ela se formou em enfermagem, era um

curso que estava começando, foi recrutada antes de fazer a pós-graduação, mas, chegou a fazer o mestrado e o doutorado. Ela tornou-se, então, professora e trabalhou durante muito tempo na Universidade Federal do Paraná e depois foi para a PUC do Paraná, onde trabalha até hoje. Ela ainda não se aposentou. E meu pai, ele tem essa formação em humanidades, mas, no fim, foi trabalhar com comércio, teve algumas lojas no ramo de alimentos. Hoje ele está aposentado.

Essa situação familiar me deu condições de estudar num bom colégio. Então, estudei em Curitiba, num colégio particular que poderia ser considerado um dos colégios de elite de Curitiba. A formação nessa escola foi importante... Chama-se Colégio Nossa Senhora Medianeira, um colégio católico, jesuíta, mas que tinha um viés bastante progressista, uma influência da Teologia da Libertação. Então, tinha toda uma relação com o catolicismo muita ênfase em humanidades e, também, em atividades como fazer voluntariado. Tinha uma atenção à questão social, uma preocupação com essa ideia de amor ao próximo. Então, tinha uma combinação do catolicismo com essa perspectiva mais progressista, que foi bastante importante na minha formação e, inclusive, na minha escolha por fazer Ciências Sociais: eu tive, por exemplo, sociologia no ensino médio. O que, na minha época, ainda era raro... Eu tive antropologia... Claro, era uma versão de sociologia e de antropologia muito particular, né? Não era exatamente o que a gente estuda na graduação... Mas, eu tive essa perspectiva do que são Ciências Sociais já no ensino médio. Tinha aula de filosofia, também, então tinha uma formação forte em humanidades.

Considero que essa formação nesse colégio teve um papel importante em me colocar essa atenção em querer compreender como a sociedade funciona, de ter uma ânsia por transformação social, essa ideia de como interferir nos processos de desigualdade e de ver tudo isso com muita

angústia. Então é isso: essa formação me direcionou muito para o curso de Ciências Sociais. Eu diria que, do ponto de vista da minha trajetória, e que conecta com a minha formação ou com a minha carreira, isso seria o mais marcante.

1E: A senhora já comentou como surgiu o interesse em cursar ciências sociais, mas quais eram as expectativas em relação ao curso?

BG: Eu tive essa formação nesse colégio...também fiz teste vocacional, na tentativa de direcionar... E pensei em fazer Ciências Sociais. Também no ensino médio, eu participava de um grupo de jovens católicos, e a gente fazia missões. Eu decidi fazer Ciências Sociais influenciada por ter feito sociologia, antropologia. Na verdade, eu não tinha muitas expectativas. Porque, de fato, a formação que a gente tinha nessa escola nessas áreas era muito mais uma reflexão sobre a atualidade do que, de fato, uma formação disciplinar, ou que tivesse qualquer tipo de orientação para pesquisa. Ou que fizesse um pouco essa mediação, como hoje em dia tem, com os programas de iniciação científica no ensino médio. Não era nada nesse sentido. Era muito mais uma ideia de reflexão sobre a atualidade. Eu tinha, então, essa ideia de que eu ia estudar a sociedade, como funciona, como transformar, mas era algo muito vago.

Além de Ciências Sociais, eu também tentei direito como segunda opção, e eu acabei iniciando os dois cursos: comecei Ciências Sociais na Federal do Paraná e Direito na PUC do Paraná. Já falo um pouco mais sobre isso. Eu tive um encantamento muito imediato e uma identificação muito imediata com Ciências Sociais, principalmente com a sociologia. E, a partir disso, a minha formação em Direito quase que imediatamente não tinha muito sentido, né? Eu comecei a

questionar muito a forma como eu estava sendo ensinada no curso de Direito. E eu era aquela aluna chata que ficava contestando o que os professores estavam dizendo, que era tudo muito impreciso... Então, eu desisti do direito. Fiz um semestre só e não consegui levar adiante.

No caso das Ciências Sociais, como eu disse, foi uma identificação muito imediata. Eu conto para alguns alunos que eu tive a minha primeira aula do curso, de sociologia 1, com o Professor Pedro Bodê (Pedro Rodolfo Bodê de Moraes) – que infelizmente faleceu no ano passado [em 2021] – e ele teve um papel bem importante na minha trajetória. A minha primeira aula de todas do curso foi com ele, e eu me lembro de sair dessa aula e pensar comigo assim: “nossa, encontrei o que eu quero fazer da minha vida!” Foi uma coisa realmente muito intensa, muito forte, e, de fato, de descobrir alguma coisa que eu não tinha ideia de que existia. Então já nessa primeira aula, e nas primeiras aulas do curso, ficou muito claro para mim que as Ciências Sociais eram muito mais do que eu imaginava e que tinha toda essa outra parte, da sociologia ou das Ciências Sociais, como formas rigorosas, precisas e empiricamente orientadas de um conhecimento especializado, que tenta, realmente, desvendar aspectos específicos do modo como as pessoas se relacionam, como elas convivem, como elas agem... E era algo que eu desconhecia, essa dimensão mais científica das Ciências Sociais. E foi por isso que eu me encantei: essa ideia desses instrumentos para ver as coisas de uma maneira que eu nunca tinha visto e pensar sobre as coisas de uma maneira que eu nunca tinha pensado. Então, realmente, foi muito potente.

1E: Retrospectivamente, o que você considera que marcou sua graduação? Em quais atividades se envolveu mais?

BG: Sem dúvida, foi a minha participação no núcleo de pesquisa coordenado pelo Adriano Codato e pelo Renato Perissinotto, que são dois professores da Ciência Política. Na verdade, tem outros professores que participam do núcleo, mas, de alguma maneira, o meu contato inicial se deu a partir deles, principalmente do Adriano, que me convidou para participar do grupo e se tornou meu orientador. Aí, eu comecei a desenvolver pesquisas de iniciação científica já no segundo período da graduação, se eu me lembro bem... Então, eu comecei a participar do NUSP – o Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da UFPR – já no início da graduação. E eu tive uma sorte tremenda, porque comecei a trabalhar com esse núcleo quando eles estavam iniciando um grande projeto de pesquisa, que era um projeto de estudar, naquele momento, elites políticas, principalmente. E eu pude acompanhar todas as etapas de elaboração de um projeto de pesquisa. E, claro, acho que tem uma visão que me parece muito interessante e inspiradora desses professores, do Adriano e do Renato, da forma como eles nos incorporaram no processo. Então, você tinha alunos de graduação, de pós-graduação e os professores, e todos se colocaram a fazer todas as etapas do processo. Então, a gente iniciou lendo textos, discutindo conceitos, abordagens, perspectivas, o que era a teoria das elites, o que eram as perspectivas para se estudar elites, como pensar uma sociologia política – que pensa a política em conexão com as relações sociais mais amplas, em conexão com as dinâmicas mais estruturais da sociedade. A gente se colocou, primeiro, a fazer seminários, a estudar, discutir e formular questões. Depois, a gente teve que formular os instrumentos de coleta: a ideia era aplicar surveys... A pesquisa se desdobrou de muitas maneiras, mas a gente tinha essa formulação de um grande banco de dados. Então, eu participei da elaboração dos instrumentos de coleta, depois, da aplicação dos questionários. Depois, a gente fez cursos de estatística, que era parte da formação das Ciências Sociais, como tem na USP, mas,

também, cursos específicos para aprender SPSS, para aprender a mexer com ferramentas de análise estatística... Então, realmente, essa experiência foi muito marcante. Eu fiquei no NUSP ao longo de toda a minha graduação. Eu fiz duas iniciações científicas, se eu não me engano, porque, também, a gente tem lá algo parecido com um Trabalho de Conclusão de Curso, então, eu tive realmente a possibilidade de desenvolver trabalhos próprios também.

Aí, eu tinha, em paralelo a esse meu trabalho na Ciência Política, um grande apreço pela Sociologia. Eu já sabia, desde praticamente o início da graduação, que eu tinha uma relação de maior identificação com a Sociologia do que com a Ciência Política. Enfim, vocês sabem as diferenças... Vocês têm essa experiência também... São formas diferentes de se aproximar dos mesmos objetos. E eu tinha, realmente, uma relação muito forte com a sociologia. Principalmente com o Pierre Bourdieu, um autor que, na graduação, me encantou! Eu vejo hoje muitos alunos também encantados com ele e eu consigo entender plenamente. Então, eu comecei a me dedicar mesmo a estudar o Bourdieu com maior dedicação, fui estudar francês, porque eu queria conseguir ler textos em francês. Então, eu tive um pouco essa vida paralela. Aí, no meu TCC, eu tentei juntar as duas coisas. Não deu muito certo, mas foi um exercício meu de fazer uma análise mais sociológica daquele material de pesquisa. Então, teve também esse processo meu de amadurecer a minha relação com a sociologia. Além disso, já naquele momento, eu tinha certa admiração pelo trabalho do Goffman, que depois vai se desenvolver. Então, tem essa, digamos, dinâmica dupla... Mas, sem dúvida, a experiência no NUSP é a mais marcante.

1E: Partindo disso, como imaginava seu futuro acadêmico/profissional? Ingressar na carreira acadêmica já era algo almejado ou contemplado na época da graduação?

Sim! E aqui eu acho que tem um papel bastante importante, e a gente estuda muito isso nas Ciências Sociais, a formação do habitus... O fato da minha mãe trabalhar, ter ela própria uma carreira acadêmica, ter feito mestrado e doutorado, é evidente que essa trajetória já se colocava como uma possibilidade na minha juventude... Lembro que, de alguma maneira, minha mãe conseguia me ajudar também nesses processos. Aí, vem isso que eu falava para vocês, que eu tive uma trajetória bastante privilegiada, no que diz respeito ao caminho para carreira acadêmica. Então, já era uma vontade muito grande fazer mestrado e doutorado, era o que eu desejava, eu nem considerava fazer outra coisa... Na verdade, eu terminei a graduação bastante rápido, acho que em quatro anos... Não fiz licenciatura... Para mim era isso que estava no horizonte.

Entrevista com Bruna Gisi

1E: Como surgiu o interesse na área de sociologia da violência, de forma geral, e no tema da Justiça Juvenil e do Sistema Socioeducativo, de forma específica?

BG: Como eu disse para vocês, fiz optativas diversas... fiz a formação básica em Antropologia e Ciência Política. A graduação na Federal do Paraná é bastante parecida com a antiga graduação da USP. A gente tinha um semestre para cada um dos autores clássicos na Sociologia, depois vinha Sociologia Contemporânea... na Ciência Política era um pouquinho diferente, mas era uma formação semelhante. Eu me dediquei principalmente à Ciência Política pelos meus trabalhos de pesquisa, mas, no final da graduação fiz uma optativa com o Pedro Bodê que era justamente Sociologia da Violência. E aí fiquei completamente encantada! Tenho uma relação de admiração muito grande pelo Pedro e foi realmente

uma pessoa bastante importante na minha formação. Acho ele brilhante, uma pessoa muito carismática, excelente professor e pesquisador. E aí tinha muita discussão na disciplina dele sobre os processos de criminalização da juventude pobre negra: um pouco essa ideia do processo de construção social do crime, de que maneira isso tem um papel nos processos de seletividade penal. Essa ideia de olhar para a criminalidade como algo que tem a ver com esses processos de construção social era algo que me fascinava muito, em especial essa questão da juventude. Muitas pessoas têm histórias mais interessantes de explicação da escolha dos seus temas de pesquisa. Eu não tenho nenhum acontecimento pessoal ou nada particular... Nunca tinha entrado em uma unidade de atendimento socioeducativo, nunca tinha entrado numa prisão. Não tenho nenhuma experiência pessoal com esses universos; era realmente um interesse em compreender esses processos. E, para mim, essa ideia da juventude, da adolescência – até um pouco também do senso comum – de que são momentos também de revolta, de mais resistência. Eu ficava pensando como é que isso se articula com os processos de criminalização. Teve esse momento com o Pedro Bodê e, depois que eu terminei a graduação, trabalhei um pouco com projetos de pesquisa antes de entrar no mestrado, depois eu posso contar um pouco essa transição... Um dos projetos que trabalhei era coordenado pelo Pedro na Federal do Paraná, a Coordenação Geral era do Michel Misse, e era um projeto sobre guardas municipais. Então já tinha também algum contato com pesquisa sobre segurança pública, sobre temas que são tangenciais à questão que eu vou me dedicar no mestrado, mas aí eu tive um desvio (risos).

Quando eu fui tentar o mestrado, eu sabia que eu queria fazer a pós-graduação em algum outro lugar que não a Federal do Paraná, queria ter essa experiência de estar em outro ambiente acadêmico para me sentir instigada, enfim, tive um

pouco esse desejo. A ideia de vir para São Paulo me animava, e a USP tem a fama que tem, então a gente também quer saber como funciona e eu tinha um pouco essa curiosidade. Mas naquele momento eu não tinha um projeto de pesquisa formulado e que eu tivesse amadurecido. A primeira vez que tentei o mestrado era outro tema, a recepção intelectual de [Pierre] Bourdieu no Brasil. O projeto não rendeu muito, não passei no processo seletivo... mas fiquei em contato com o Marcos [Alvarez] que estava na banca, e aí fiz uma disciplina com ele como aluna especial, era uma discussão sobre Sociologia da Punição, mais contemporânea. E aí isso conectado àquela disciplina que eu tinha feito, fui aos poucos desenhando a mudança para esse tema. Se fosse para explicar como que eu chego no tema é um pouco por aí, teve esse papel do Pedro inicialmente, mas depois também esse contato maior com o Marcos Alvarez que virou meu orientador.

1E: Como foi mudar-se para São Paulo para realizar um mestrado acerca dessa temática e como você avalia, comparativamente, sua experiência universitária na USP e na UFPR?

BG: Então, a minha a decisão de vir para cá (para a USP) teve um pouco a ver com isso, o fato também de que eu ia mudar de área, né? Então, tinha um pouco essa ideia de mudar de ambiente, e de que eu não iria continuar pesquisando o que eu estava pesquisando na graduação. Havia uma mudança um pouco grande aí... Então, (a mudança) foi muito motivada por esses fatores que eu mencionei: a possibilidade de morar em São Paulo; a curiosidade que eu tinha e o interesse em ter a experiência do que seria um ambiente universitário na USP.

E, sobre essa pergunta, se eu fosse comparar as minhas experiências nas duas universidades, acho que tem uma diferença importante. Por um lado, em termos de infraestrutura: o fato de que a USP é realmente uma universidade com muito mais recursos e muito mais central, do ponto de vista do campo acadêmico, do que a Federal do Paraná. Isso se reflete na oportunidade de acessar uma biblioteca muito bem equipada, a oportunidade de ver pesquisadores e autores de outros países, importantes no campo da sociologia, nas suas áreas especializadas, em palestras e seminários. A própria dinâmica com os meus colegas de pós-graduação, que era intelectualmente muito rica. Eu realmente tinha trocas muito estimulantes com os meus colegas, até mais durante o mestrado do que o doutorado, curiosamente. Isso criou um ambiente intelectual que foi muito rico para mim. E foi muito importante ter contato com pessoas de outros lugares. Eu sou da turma de mestrado do Mateus Gato de Jesus (que se graduou na UFMA e é docente da Unicamp, atualmente), do Danilo França (graduado na USP e atual docente da UFF), do Rogério Jerônimo Barbosa (graduado na UFMG e atual docente do IESP–UERJ), do Eduardo Vilar Bonaldi (graduado na USP e professor da UFSC atualmente) além de muitos outros. Há uma série de pessoas que hoje estão localizadas nas universidades brasileiras e que foram bastante importantes nesse momento da experiência inicial da USP para mim. Ela foi muito marcada por isso. Eu tive, por exemplo, no doutorado, a oportunidade de fazer um minicurso com o Kenneth Liberman sobre etnometodologia – um minicurso de uma semana – que foi super importante para o próprio desenvolvimento da minha tese. Então, essas oportunidades e esse ambiente, realmente, foram muito importantes para a minha trajetória intelectual. A minha experiência na UFPR, como eu já disse, foi marcada pelas oportunidades que eu tive no Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira, pela concepção que o Adriano Codato e o Renato Perissinotto tinham sobre formação e pela

forma como eles entendiam o nosso trabalho como alunos de graduação: tivemos oportunidade de publicar, de participar da organização de Dossiês na Revista de Sociologia e Política... Eu tive muitas oportunidades de desenvolvimento acadêmico por conta da visão que esses professores tinham do trabalho de pesquisa.

Bloco 2 – Pesquisa: falando sobre Sociologia da Violência

1E: Pensando na sua relação com a pesquisa de forma mais ampla e com a área da sociologia da violência, sociologia da punição, os estudos sobre justiça juvenil que fazem parte da sua trajetória, a primeira questão é no sentido de como que o NEV surge na sua trajetória? Como se dá esse contato?

BG: Então, na verdade, durante a pós-graduação, eu não integrei o NEV. Eu não sei exatamente se foi totalmente coincidente, mas teve um período que o Marcos Alvarez [docente do Departamento de Sociologia da USP e orientador de Bruna Gisi no mestrado e no doutorado] também estava um pouco menos relacionado com as atividades de pesquisa do NEV, e eu não sei dizer se a periodicidade é exatamente a mesma, mas durante o mestrado e o doutorado eu não fazia parte das pesquisas do NEV, não estava oficialmente no NEV. Claro que eu sabia do NEV, acompanhava as atividades, sabia dos pesquisadores. Mas a minha pesquisa não estava diretamente relacionada. Depois, no doutorado, eu usei diferentes tipos de materiais, mas uma parte dos materiais que eu usei na tese são os prontuários da Fundação CASA, que é um material que eu tive acesso porque houve uma pesquisa desenvolvida pelo NEV, coordenada pelo Marcos Alvarez junto

com pesquisadores de outras instituições, sobre esse tema: tentar pensar o período que vai de 1990, quando há a aprovação do ECA, até 2006, que foi o período em que a FEBEM se torna Fundação CASA – então você tem aí um período institucional interessante. E parte do material do meu doutorado parte dessa pesquisa. Então, ali já tinha um caminho um pouco mais próximo. Mas o meu contato mesmo com o NEV inicia de maneira mais forte no pós-doutorado. Então, é bem recente, foi em 2017 que teve um processo seletivo para os Pós-Doc, eu já tinha terminado o doutorado, defendi em 2016. Então, em 2017, eu iniciei o Pós-Doc já vinculado ao projeto do CEPID. Então, hoje, boa parte das pesquisas do NEV são financiadas pela FAPESP, como parte de um CEPID que chama “Construindo a democracia no dia-a-dia”, mas que tem como tema principal a legitimidade das instituições na democracia, pensando principalmente no controle do crime e da violência. Então, eu entrei para fazer um Pós-Doc que, na verdade, não tinha tanto a ver com as minhas pesquisas de mestrado e doutorado, mas a conexão que existia é uma continuidade em termos de compreender o funcionamento prático e cotidiano das instituições responsáveis pelo controle do crime da violência. No mestrado e no doutorado as instituições relacionadas à justiça juvenil e o sistema socioeducativo, e, no pós-doutorado, era muito centrado na polícia. Então, era uma pesquisa que, a princípio, seria uma comparação entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, mas, em relação à Polícia Civil, eu não consegui acesso aos agentes, delegados... Foi uma pesquisa qualitativa que eu fiz junto com outra pesquisadora, Giane Silvestre, que também é pesquisadora do NEV. E nós tentamos pensar como que os próprios agentes, como que os próprios policiais militares, entendiam a sua legitimidade enquanto representantes da autoridade e representantes dessa instituição; como que eles percebiam as expectativas do público – então tinha um pouco esse debate. Na verdade, o meu Pós-Doc foi relativamente curto.

Eu comecei em julho, se eu não me engano, na metade de 2017, e, já no final de 2017, eu presto o concurso da USP – e era um concurso que tinha uma relação com o CEPID. A FAPESP pedia, como contrapartida, que a universidade tivesse concursos para que professores fossem trabalhar nesses CEPIDs. Então, é um concurso como outro qualquer, que têm os mesmos procedimentos, a mesma lógica, mas que tinha, digamos assim, essa característica peculiar: de exigir que esse professor fosse contribuir e colaborar com o CEPID da FAPESP. Então, a vaga em que eu entrei já estava muito vinculada ao NEV. Eu tomei posse em abril de 2018. Depois, eu fui fazer parte da Coordenação do NEV, e atualmente os meus projetos de pesquisa são todos desenvolvidos ou vinculados ao NEV de alguma maneira.

1E: Outra questão relativa a seus trabalhos de pesquisa: quais autores e linhas de pensamento você está dialogando nesses momentos?

Desde o mestrado eu comecei a desenvolver, paralelamente ao meu interesse no tema da Justiça juvenil, no tema da punição, no tema do encarceramento, um interesse teórico também nas chamadas abordagens interpretativas – ou no que se convencionou chamar de microssociologias. No mestrado, eu tentei mobilizar os conceitos do Goffman durante o doutorado, eu fiz toda uma imersão na etnometodologia, tentei também articular com alguns conceitos do Goffman. Esse interesse na microssociologia, dentro da sociologia contemporânea, é algo que permanece. A ideia de tentar olhar para esse tema – que é o funcionamento prático e cotidiano das instituições de controle do crime e da violência – a partir dessas perspectivas, permanece o interesse até hoje nas minhas pesquisas.

Mas essa não é a única abordagem com a qual eu dialogo. Eu tenho um diálogo também bastante grande, principalmente nos projetos que eu estou desenvolvendo agora, com a chamada Sociologia da Punição, que foi muito definida pelos trabalhos do David Garland, que nomeou muito claramente essa especialidade e tentou pensar como reformular ou como formular uma tradição dentro da sociologia que pensa punição – ele próprio tem uma perspectiva teórica própria de como olhar para a punição como instituição social. Essas reflexões – que acabaram sendo formuladas, principalmente, como o que a gente poderia chamar de teorias de médio alcance dentro da reflexão sobre punição – também são abordagens com as quais eu dialogo bastante e que tem a ver com os projetos com os quais eu trabalho. E, no NEV, tem uma literatura particular, que informa o CEPID de maneira mais forte, uma literatura recentíssima da criminologia, principalmente norte-americana, mas tem autores em vários outros países que também adotam essa abordagem e desenvolvem essa abordagem, na Inglaterra, principalmente, que é o chamado Modelo de Justiça (ou Justeza) Procedimental. Existe toda uma reflexão específica sobre legitimidade que é formulada por esses autores, e eles têm uma proposta de que a forma como as instituições lidam com as pessoas nos contatos diários, como os representantes dessas instituições de Estado lidam com a população nos contatos diários é algo decisivo para as atitudes e percepções que a população tem sobre autoridade, sobre estado, sobre leis, etc. Muito resumidamente, é isso que esse modelo teórico propõe. Então, em função da minha atuação em vários dos projetos do CEPID, eu também tenho um diálogo com essa com essa literatura. Mas, de maneira mais contínua, digamos assim, eu diria que é muito mais a microssociologia e essa sociologia da punição que me acompanham nos debates.

1E: Quais temas você tem pesquisado ou tem a intenção

de pesquisar no futuro? O que tem na perspectiva de pesquisas futuras?

BG: Existem alguns projetos que eu estou desenvolvendo agora. Eu tenho trabalhado muito com parceiros e outras/os colegas do campo, nós compartilhamos certos interesses e é isso que tem direcionado muito também os meus projetos atualmente. Tem um projeto que eu estou desenvolvendo, que eu recebi um pequeno financiamento do CNPq, e que tem a ver com o tema que eu trabalho também de outras maneiras, que são essas tendências contemporâneas do funcionamento da Justiça Juvenil no Brasil e também em outros países. Eu já tinha desenvolvido um projeto que envolvia a América Latina, que tentava comparar os sistemas em alguns países da América Latina, pensando como funciona a Justiça Juvenil no período mais recente, considerando a história dessa área especializada da Justiça. Há essa reflexão muito fortemente influenciada por esses debates que eu mencionei há pouco, sobre a sociologia da punição; toda a discussão sobre a virada punitiva; o fato de que, na Justiça Juvenil, há alguns movimentos que parecem ir para outros lugares mais recentemente. Então, trata-se de tentar entender como a Justiça Juvenil tem funcionado no Brasil mais recentemente. No caso desse projeto específico do CNPq, estamos olhando para um fenômeno ainda pouco compreendido – nós não temos nenhuma hipótese teórica mais forte que nos ajude a entender esse cenário: que é o fato de que a população de adolescentes atendidos no sistema socioeducativo no Brasil inteiro tem caído, tem diminuído. Havia um processo de crescimento muito acentuado desde a década de 90 e aí, em meados da década de 2010, começa a diminuir. Esses dados são bastante recentes, e ainda não conseguimos saber exatamente o que está acontecendo. Então, é um pouco um estudo exploratório para tentar descrever esse processo, para começar a formular

hipóteses que sejam mais plausíveis. Esse cenário é muito nítido no Estado de São Paulo – já, se pensarmos em outros estados, é um pouco mais complexo. Mas, no Brasil, de maneira geral, é esse o movimento. Então, temos esse interesse em tentar olhar para isso e entender isso.

Teve um projeto também que a gente finalizou, um projeto pequeno, em que estávamos olhando para a produção legislativa sobre a Justiça Juvenil e o Sistema Socioeducativo no período pós-Estatuto da Criança e do Adolescente. Tentando pensar, também, as demandas mais punitivistas, e como que isso se articula com outros discursos e outros enquadramentos.

Agora, eu estou junto com pesquisadores da Universidade de Surrey, na Inglaterra, e temos começado um projeto que olha para dinâmicas do aprisionamento, do encarceramento em massa; de como isso se relaciona com as relações familiares e comunitárias das pessoas que passam pela instituição; como que a prisão tem efeitos mais coletivos, e que, de alguma maneira, passam por essas dinâmicas comunitárias e familiares. E, claro, eu tenho também desenvolvido as pesquisas que eu mencionei no NEV – para além dessa pesquisa que eu fiz como Pós-Doc, com a polícia militar. Temos também um projeto sobre o Judiciário, olhar para a forma como os juízes pensam, a perspectiva dos juízes sobre a instituição; sobre o modo como eles lidam com a população; sobre as expectativas da população nessa discussão sobre legitimidade. São frentes distintas, mas que estão caminhando nessas discussões teóricas que eu mencionei para vocês na outra questão.

1E: Como que você avaliaria o potencial da Sociologia da Violência em contribuir no enfrentamento das problemáticas sociais, ou seja, dar um sentido de transformação prática a partir dessa reflexão teórica?

BG: Eu tenho uma perspectiva pessoal, e existem outras posições dentro da sociologia, de não pensar imediatamente as problemáticas de pesquisa a partir das suas possibilidades de aplicação ou resolução de problemas práticos. Eu entendo que não há muito como escapar, a sociologia da violência está completamente conectada com questões de grande interesse público, é uma área que cresce, inclusive, por conta disso, que tem força por conta disso. Ela se relaciona com uma série de pautas públicas, que são de interesse da população, que são de interesse dos governos, que são de interesse dos movimentos sociais, então não é possível dissociar o funcionamento da sociologia da violência, da sociologia da punição desta discussão política, dessa discussão pública sobre diversos temas. Então, de fato há uma conexão forte, mas eu tento sempre pensar que o modo como nós formulamos questões de pesquisa, o modo como nós produzimos o conhecimento não pode estar submetido a demandas que são práticas. Quer dizer, eu entendo que a contribuição específica da sociologia passa justamente por essa possibilidade de formular questões de pesquisa que estejam tentando compreender e explicar realmente o funcionamento das instituições, das relações, etc. Mas é claro que, como eu disse para vocês, existe essa conexão muito forte da área com esses temas que são urgentes, que são importantes, que tem a ver com a formulação de políticas públicas. Então, eu entendo que a boa produção de conhecimentos sociológico possa ser, ainda que esse processo deva ser mediado, convertida em discussões mais qualificadas sobre esses temas. É muito difícil, inclusive, de formular, mas o modo como essas questões são discutidas na esfera pública, muitas vezes, passa por indignação moral: tem uma coisa que é política, mas tem também afetos que estão presentes nesses debates e que muitas vezes passam completamente distantes da produção de dados, da produção de informações. Então, se eu fosse dizer como eu entendo a maneira como a sociologia da violência e a sociologia da punição podem contribuir com o

modo como essas questões são conduzidas na esfera pública, pelos governos: eu entendo que é produzindo informações de qualidade, rigorosas, que sejam feitas de maneira metodologicamente precisas, e que isso possa qualificar o debate e, inclusive, orientar um pouco a forma como esses temas são conduzidos

1E: Nos últimos anos, temos percebido um desenvolvimento de tecnologias da informação e da comunicação que tem impactado diversas áreas da vida social, mas também nas áreas de pesquisa, em relação à métodos e técnicas de pesquisa. E há todo um potencial que se abre a partir dessas tecnologias, como, por exemplo, a inteligência artificial. Como que a Sociologia da Violência pode incorporar essas transformações? E como que essas mudanças estão impactando ou podem vir a impactar os métodos de pesquisa que os pesquisadores têm trabalhado ou vão trabalhar?

BG: Essa é uma das questões que eu entendo que eu não tenho tantas coisas interessantes a dizer, porque eu não trabalho com as novas tecnologias. Então eu falo muito como leiga, não sou uma especialista em nenhuma das técnicas de pesquisa que envolvem avanços ou desenvolvimentos tecnológicos mais finos. De qualquer maneira, a sociologia da violência – também a sociologia da punição e todas as áreas aí conectadas – é uma área que é muito impactada pela precariedade da qualidade de informações sobre este universo de práticas. Então, dependemos muito da produção de dados oficiais, se tratamos sobre segurança pública, sobre as prisões, sobre o sistema socioeducativo, sobre o judiciário, sobre a polícia militar... Dependemos da produção de dados feitas oficialmente, e esses dados são muito ruins, eles não são produzidos de maneira sistemática, muitas vezes nem são

produzidos, essas instituições não possuem a prática de ser transparentes, de ter uma rotina clara de transparência e de produção de dados. E isso dificulta muito o desenvolvimento do campo. Então, fazer pesquisa nessa área é um ato de, digamos assim, muita dedicação, porque é muito difícil: é difícil se você quer trabalhar com dados secundários, é difícil se você quer fazer pesquisa qualitativa, muitas vezes é impossível. Então, para todos os alunos que me procuram porque querem trabalhar com esse tema, essa geralmente é uma das primeiras coisas que eu digo: “olha, esse é um tema difícil de pesquisar”. A gente não tem acesso às instituições, a gente não tem acesso à informação, a gente não tem acesso a dado, então a gente faz porque a gente realmente acha que é uma área da vida social que precisa ser olhada, que precisa ser pesquisada, que precisa ser compreendida. Mas temos essa dificuldade. Essas novas tecnologias, as linguagens de programação, por exemplo, elas podem ajudar a contornar algumas dessas dificuldades, a encontrar formas novas de coletar dados, então, essa ideia de webscraping, de como você pode pegar um sistema que é meio caótico, porque você não tem informações tão claramente sistematizadas, e transformar isso em informação de pesquisa. Então, eu acho que tem um papel importante. Mas, ao mesmo tempo, a introdução dessas tecnologias fica prejudicada pelo fato de que nós não temos grandes bases de dados públicas às quais se possa aplicar, por exemplo, técnicas de inteligência artificial para fazer qualquer coisa que seja mais interessante. Então esse é o máximo que eu consigo falar sobre esse assunto, porque de fato é não é algo que eu tenha nenhum tipo de familiaridade maior.

1E: Considerando o campo da sociologia da violência como uma agenda de pesquisa relativamente recente, como você enxerga e interpreta as transformações ocorridas nessa área historicamente, seja em relação às metodologias, temas

de pesquisa ou referências teóricas?

BG: Essa área específica, “sociologia da violência”, não é muito frequente nos países do norte global. Os temas que nós pesquisamos como parte dessa área, no Brasil, estão associados à sociologia da punição; ou, mais recentemente e muito fortemente, à criminologia. Mas a ideia de sociologia da violência é uma ideia que faz muito sentido e que foi muito desenvolvida no Brasil, e isso faz com que seja uma área que, de fato, tenha desenvolvido, ao longo de sua história, formas de interpretação dos fenômenos associados à violência que são muito originais. Isso é uma particularidade desse campo que eu acho muito interessante. Inclusive, a gente recebeu, no NEV, um pesquisador de fora do Brasil – que agora está trabalhando na Espanha – e ele comentou isso, ele falou assim: “é muito interessante ver esse desenvolvimento original de reflexões teóricas que vocês fazem”. Existe uma articulação interessante entre o que é específico ao Brasil – que é específico à história brasileira, à relação específica do Brasil com a violência – e conectar isso com outros processos, acho que isso é uma marca dessa área e que é muito interessante. E, claro, a minha trajetória também não é tão longa dentro da sociologia da violência, mas o que eu observo é que há uma internacionalização muito maior nos últimos períodos. Mas essa internacionalização acontece nesse contexto, você não abandona completamente aquelas interpretações que são importantes, que são centrais na área. Mas esse diálogo ele é sempre mediado por essas particularidades, algo que eu considero bem importante no campo.

Uma novidade que é bastante recente, e que eu percebo que é uma transformação que tem acontecido na sociologia de maneira geral, nas Ciências Sociais, na Universidade e no mundo, é o fortalecimento dos debates sobre gênero, raça, sexualidade... E aqui a discussão sobre raça e racismo, quer

dizer, olhar para a ausência da discussão sobre raça e racismo – não ausência completa, é claro, a gente tem trabalhos importantes, o Sérgio Adorno tem um trabalho muito significativo sobre isso, mas, querendo ou não, ainda era algo que permanecia relativamente pequeno dentro da discussão sobre punição, sobre prisão, sobre sistema de justiça, sobre Justiça Criminal. E hoje você começa a ver uma proliferação de discussões sobre isso e de muita qualidade. Então, você tem uma série de pesquisadores que estão tentando olhar para essa questão de maneira articulada com os debates sobre punição, articulado com os debates sobre violência. Então, essa é uma transformação recente que me parece importante.

Do ponto de vista metodológico, é aquilo que eu disse, eu vejo que tem uma dificuldade: a gente tem muitos trabalhos, de muita qualidade, qualitativos – há realmente uma tradição de trabalhos qualitativos no campo. Há também centros de pesquisa que têm desenvolvido trabalhos quantitativos interessantes. Mas, nessa área, temos essa dificuldade propriamente, pela quase ausência de dados confiáveis, de boa qualidade e públicos... Então, se fosse pensar nas principais transformações acho que seriam essas.

Entrevista com Bruna Gisi

1E: O que caracterizaria essa particularidade da Sociologia da Violência no Brasil?

BG: Existe, por exemplo, uma discussão – que, inclusive, está muito conectada à própria origem do NEV – que é essa discussão sobre violência e democracia, que é algo bastante interessante: se você pensar naquele momento em que o NEV estava surgindo – que foi justamente no fim da ditadura militar – então no contexto das grandes promessas da Democracia, inclusive, do ponto de vista do controle da violência, seja a violência de Estado, seja a violência interpessoal. Entendia-se

que havia um novo projeto de nação, que havia uma série de potencialidades, e que, no fim das contas, não se realiza. Na verdade ocorre o contrário, você tem um aumento da violência, a violência de estado ela permanece e se agrava em muitos aspectos – é um pouco difícil, porque tem também o modo como se publicava informações sobre violência de estado no período da ditadura militar... é claro que temos a questão também do modo como se percebia o problema. Mas, de fato, a violência de estado ela permanece e se agrava muito sentidos, a própria violência interpessoal, a criminalidade... Há também índices que indicam crescimento. E, então, você tem uma situação um pouco paradoxal, que contradiz aquilo que fazia parte das expectativas daqueles que defendiam essa dimensão mais progressista do que vinha com o regime democrático. Essa é uma discussão interessante que está muito conectada com a história brasileira. Você tem o desenvolvimento do conceito de “autoritarismo socialmente implantado”, do Paulo Sérgio Pinheiro – que está sendo retomado agora pelo Marcos Alvarez e o grupo de pesquisa dele –, e que tenta pensar que, na verdade, a ditadura militar não é, digamos assim, a origem deste modo violento de pensar o conflito, que seria um traço marcante do que poderíamos chamar, talvez, da cultura brasileira – mas acho que a ideia não é atribuir isso à cultura –, mas que é muito forte no Brasil, no modo como as relações sociais se mantêm no Brasil, no modo como se lida com os conflitos. Como a violência está o tempo todo sendo apresentada como recurso central para o modo como se lida com o conflito. Então, o que o Paulo Sérgio Pinheiro traz é que esse lugar da violência não vem com o regime ditatorial, não vem com a ditadura militar, mas é algo que faz parte do modo como as relações se organizam no Brasil, a forma como autoridade se estabelece no Brasil – que obviamente tem conexão com o passado escravocrata, com a escravidão, com o modo como essas dinâmicas hierárquicas foram se estabelecendo na história brasileira. E o que acontece no

regime ditatorial é talvez uma explicitação de algo, que se torna mais institucionalizado, de uma maneira mais aberta... Mas que isso [esse lugar da violência] não seria decorrente de um tipo de regime político em particular, mas que você teria algo mais estruturante, mesmo, das relações.

A Teresa Caldeira também vai desenvolver no “Cidade de Muros” – além de vários outros autores, o próprio Sérgio Adorno também tem interpretações interessantes – nesse sentido de olhar para de que maneira a violência estrutura as relações no Brasil e estrutura as instituições no Brasil. Essa interpretação de tentar pensar por que é tão forte, por que a violência é alguma coisa tão presente nas relações brasileiras. Eu entendo que esses debates, para citar somente alguns: você tem o trabalho do Michel Misse, no Rio de Janeiro, pensando a ideia de uma “acumulação social da violência”, também conectada a históricos muito particulares... Ele olha de maneira especial para o contexto carioca, mas ele está propondo uma interpretação bastante interessante e que é uma tentativa de dar conta analiticamente dessa relação particular que nós temos no país com a violência: taxas de homicídio altíssimas, taxas de encarceramento altíssimas, casos de execução pela polícia recorrentes... temos muitas manifestações, de diferentes ordens, que acenam para essa característica e para esse traço.

Bloco 3 – Docência

1E: Como foi o processo de tornar-se professora, o que isso significa para você?

BG: Eu comentei com vocês que eu acabei nem fazendo a licenciatura quando eu estava na graduação, isso pode dar entender que a docência não era algo que despertava meu interesse. Mas não é isso, é porque eu de fato estava muito certa de que eu queria seguir a carreira acadêmica. E, então, quando eu estava na pós-graduação, tentei fazer as monitorias, que eu considero uma forma, até certo ponto, limitada que nós temos de começar exercitar a experiência como docentes já na pós-graduação, mas que para mim foram bastante importantes. E eu tinha essa intuição, essa percepção – ainda que eu tivesse pouquíssima experiência como docente – de que essa era uma atividade que seria importante para mim, seria importante no meu trabalho e na minha experiência profissional.

Então eu tive essas pequenas experiências de monitoria. Nada muito sistemático, não tinha efetivamente assumido nenhum tipo de turma ou curso. Mas, depois que eu passei no concurso e comecei efetivamente a dar aula, isso se tornou algo bem importante do meu trabalho. É uma atividade que me dá muita satisfação. Eu gosto muito de dar aula, eu gosto muito do contato com os alunos. Digamos assim: é uma oportunidade de renovar o meu interesse pela disciplina, pela sociologia. É como se os alunos renovassem a minha relação de encantamento com a sociologia porque é como se eu pudesse acompanhar a experiência dos alunos na inicialização nesse campo, nessa descoberta da sociologia também. Então para mim é um respiro, é algo que realmente gosto muito e tem um

significado pessoal bastante importante. Muitas vezes o trabalho acadêmico tem um lado pesado, eu gosto muito de fazer pesquisa, também, não que não seja uma parte importante, é uma atividade que eu também gosto muito. Mas, para mim, há uma leveza em dar aula que é bastante importante. E, digamos assim, é uma preocupação: eu gosto de pensar sobre a formação dos alunos, eu gosto de pensar sobre o que o curso proporciona. Então eu tenho realmente uma atenção a isso, é algo que faz parte bastante da minha da minha trajetória.

1E: Na sua opinião, quais os principais desafios de ensinar ciências sociais atualmente? Como você busca aprimorar, em face desses desafios, sua prática docente e o que te dá mais satisfação na docência?

BG: Começando de trás para frente é isso: é o fato de que o interesse dos alunos, as questões que os alunos fazem... Eu sempre falo para as pessoas que estão começando a dar aula, ou que têm interesse, que esse é um dos espaços em que eu tenho mais aprendizado hoje. Se eu fosse pensar nas diferentes atividades que desenvolvo, dar aulas são momentos muitas vezes de pensar sobre questões, conceitos e autores como eu nunca tinha pensado antes. É essa satisfação de poder acompanhar o processo dos alunos de descoberta de uma certa área, de uma carreira, da pesquisa. Isso para mim é muito prazeroso. Mas tem também o que os alunos produzem em mim com os seus olhares, com as suas perspectivas, com as suas questões. E aí tem uma certa liberdade que eu vejo na graduação – e, principalmente, no início da graduação – que os alunos estão tentando entender o que é que você está propondo como conhecimento, e muitas vezes [os alunos] formulam as questões de uma maneira que realmente recoloca o modo como

se olha para aquele conceito, para aquela definição, para aquele autor, para aquele tema.

Os desafios acho que são vários. Inclusive, eu não tenho solução para muitos desses problemas. Eu estou também na coordenação de curso e a gente reflete muito sobre algumas das insatisfações dos alunos, e que eu acho que passam muito por esses desafios. O fato, por exemplo, de que nós temos um curso – e mesmo uma área – que demanda um tipo de formação que parece, às vezes, não caber mais no modo contemporâneo de vida, de existência. Então, essa ideia das aulas extensas, dos conteúdos extensos, dos textos extensos, de muita leitura... que são etapas necessárias, mas que, me parece, criar motivação para isso, criar um interesse nisso, desta maneira, é difícil. Eu não tenho uma saída, no sentido de pensar como que poderíamos, talvez, inovar o ensino de Ciências Sociais... no sentido de fazer com que ele tenha um sentido mais imediato para os alunos. Mas eu percebo que isso é uma dificuldade.

E tem também essas questões profissionais... O fato de que eu ainda acho que precisaríamos investir mais em refletir com os alunos – não se trata de alterar os cursos, as disciplinas do curso, para que elas sejam profissionalizantes, ou que elas capacitem só tecnicamente os alunos, acho que não se trata disso, acho importante o tipo de formação que a gente tem no curso de Ciências Sociais. Mas, que a gente tenha uma atenção maior a refletir com os alunos sobre caminhos profissionais. Tentar pensar de que maneira eles podem mobilizar esses conhecimentos para tentar se inserir profissionalmente. Eu entendo que essa é uma angústia dos alunos... Acho que tem realmente a sensação de um descolamento entre o que é a formação do curso e quais são as possibilidades de caminhos mais práticos mesmo, do que é que cada um vai escolher fazer. Esses são desafios importantes.

Tem um outro desafio que eu também acho importante, que não é exclusivo das Ciências Sociais, é algo comum aos cursos de humanidades: a não explicitação das habilidades que os alunos precisam desenvolver e precisam possuir para conseguir seguir com a formação no curso. Aqui eu estou pensando, por exemplo, no PLEA (Programa de Leitura e Escrita Acadêmicas), que é um projeto que eu participo já desde o princípio, e que tem como proposta tentar resolver um pouco isso: dar instrumentos para os alunos, instrumentos que eles não possuem a priori – não é algo que as pessoas já tenham desde sempre, já saibam como ler os textos acadêmicos, etc –, para facilitar as atividades que são necessárias para essa formação. Eu acho que esse é um desafio bastante importante e que pode prejudicar a formação dos alunos, pode atrapalhar a relação que eles têm com o curso. Temos um tipo de formação muito diferente da formação que os alunos geralmente têm antes de entrar na universidade, que eles têm no colégio, na escola, no Ensino Médio. E essa diferença, essa novidade toda, é pouco mediada pelo próprio curso. Então fica muito [difícil] para os alunos enfrentarem tudo isso... Eu acho que isso é um problema.

Agora falando um pouco sobre de que maneira eu tento enfrentar esses desafios... Eu tento, nas disciplinas, sempre explicitar aquilo que eu espero nas avaliações, tento dar os instrumentos que eu entendo que são necessários para que os alunos façam o que eu estou pedindo. No contato, na conversa mais particular com alguns alunos, com orientandos, eu também tento falar um pouco sobre o que são carreiras, essas escolhas, por mais que não seja meu papel direcionar nada, obviamente... é mais no sentido de entender que faz sentido falar sobre esses processos e discutir eles com os alunos.

1E: Ao considerar sua própria experiência como educadora, houve docentes que te marcaram positivamente e

cuja influência e inspiração a senhora sente até hoje?

BG: Como professores, é claro, tem muitos colegas e muitos pesquisadores que eu admiro muito e que me inspiram muito na minha atividade de pesquisa e atividade intelectual. Mas, do ponto de vista especificamente da docência, eu mencionaria esses professores da graduação, que tiveram uma marca muito importante na minha trajetória. Então, naquele momento em que eu estava realmente iniciando o meu caminho e iniciando o meu interesse pelo campo, o modo como eles lidaram com isso foi muito importante para me formar como professora também. Na USP, na pós-graduação, eu tive a oportunidade de fazer as monitorias, eu fiz monitoria em Sociologia I com o Marcos e Métodos II com a Fraya Frehse. Foram também duas experiências que me marcaram profundamente, então, observar o modo como eles conduziam as disciplinas, como eles conduziam as aulas, para mim, foi bastante importante na minha formação como docente. Eu acho que desse ponto de vista específico da docência, eu citaria principalmente esses professores.

Entrevista com Bruna Gisi

1E: Pensando ainda na sua experiência como educadora e pensando na influência de docentes sobre seus estudantes, a Iniciação Científica é uma etapa importante para a introdução dos estudantes à pesquisa. Como você enxerga a relação do orientador com o discente? Qual é o papel do orientador na formação dos estudantes sob sua orientação?

BG: É um pouco do que eu estava comentando antes. Eu entendo que a orientação em Iniciação Científica, ela é a mais importante. É o tipo de orientação mais importante que se tem na trajetória acadêmica de uma pessoa. Porque, de fato, é o momento em que você está formando as habilidades

necessárias para desenvolver atividades de pesquisa. E essa formação vai passar justamente pelo mais importante, que é o “como faz”: então, como que eu faço, na prática, na hora que eu estou realmente pensando em um projeto, na hora em que eu estou realmente pensando no roteiro, na hora em que eu estou realmente fazendo uma entrevista? Então, esse “como faz”, que é o mais importante na pesquisa, acontece quando o aluno se depara com isso por ele próprio. É claro que vocês têm experiências em métodos que, eu entendo, são valiosíssimas, mas são atividades em grupo. É um pouco diferente.

Eu sou uma grande defensora do trabalho coletivo. Eu tive essa experiência e, para mim, foi muito marcante. E eu acho que o trabalho de pesquisa coletivo é muito mais interessante, ele pode render muito. Mas eu sempre estimulo os meus alunos a desenvolverem projetos próprios, porque eu entendo que tem um desafio subjetivo aí que é muito importante – e que tem a ver com o trabalho acadêmico – que é esse lugar da autoria. Esse lugar de “sou eu que estou aqui propondo um tema, pensando numa abordagem teórica e resolvendo isso”. Então, tem algo de se apropriar desse lugar – de ser um pesquisador – e que passa por essas etapas... E que, muitas vezes, são difíceis para os alunos. Eles não se sentem preparados, ou não acham que conseguem ocupar esse lugar. Então, eu entendo que o papel do orientador é estimular, enfim, acompanhar e mostrar que é possível, que você consegue fazer isso, que você pode estar nesse lugar, ocupar esse lugar. Então, eu acho que é um papel muito importante. Porque, muitas vezes, a Iniciação Científica envolve um trabalho que é fazer alguma atividade mais simples, e esse próprio desenvolvimento de uma atividade de pesquisa já ensina a fazer pesquisa, já tem o seu papel... Mas eu entendo que tem esse outro lado, que é o lado de como que eu me posiciono diante da produção de conhecimento, então, o poder desenvolver um projeto, e ter ideias, e levar suas ideias a sério, e propor interpretações sobre os resultados da pesquisa....

1E: Até o momento, pudemos falar de pesquisa e ensino, mas, como bem se sabe, outro pilar importante da vida universitária é a extensão, algo que, para muitas pessoas, tem pouca visibilidade. Nesse sentido, como a Extensão Universitária esteve presente na sua trajetória e como você avalia, de forma geral, a importância de projetos extensionistas na universidade?

BG: Olha, infelizmente, esteve muito pouco presente na minha trajetória, tanto na graduação, quanto na pós-graduação, quanto agora como docente... Eu estou agora com um projeto de extensão, está sendo uma experiência interessante... Mas, de fato, eu compartilho desse diagnóstico: de fato, a extensão, ela é um braço que recebe muito menos atenção dos docentes do que talvez deveria. Eu entendo que, a extensão, ela tem um significado para os alunos bastante importante, que é justamente permitir se colocar aquilo que eu estava falando há pouco, sobre os desafios profissionais para os alunos de Ciências Sociais: os projetos de extensão, pensando no contato que eu tenho com alguns desses projetos, colocam os alunos muito mais a pensar sobre como o conhecimento das Ciências Sociais pode dialogar com questões mais práticas. Então, eu entendo que essa oportunidade que os projetos de extensão produzem geram resultados bastante interessantes. E eu vejo que são projetos que acabam tendo um protagonismo grande dos alunos, porque, de fato, é um interesse dos alunos, eles estão querendo olhar para fora da Universidade, tentar pensar os conhecimentos estritamente acadêmicos em contextos mais amplos, e dialogando com questões que não são estritamente teóricas ou acadêmicas. Mas, de fato, é isso... Infelizmente, eu sou uma pessoa que tem pouca experiência com projetos de extensão, ainda que eu entenda que tem uma função bem importante na formação dos alunos.

1E: Para encerrar essa sessão sobre docência: recentemente, aumentaram os estudos sobre o adoecimento mental nas universidades brasileiras, nos quais são temas recorrentes a precariedade das condições de trabalho e o produtivismo acadêmico, que afligem docentes, trabalhadores das universidades, graduandos e pós-graduandos. Você poderia compartilhar conosco sua experiência com essas problemáticas e como compreende os fatores que as causam? O que pensa que pode ser feito para lidar com elas, pensando na situação de discentes de graduação e pós-graduação?

BG: Realmente é algo muito preocupante e que não é, como vocês sabem, um processo exclusivo à Universidade, não é algo exclusivo à trajetória acadêmica... A gente está vivenciando um período de aumento muito grande dos casos de adoecimento mental, de maneira geral. A minha irmã, por exemplo, que trabalha em escola, no Instituto Federal, relata que, para alunos que estão no ensino médio, ela observa um crescimento muito grande no adoecimento mental. Parece que tem algo maior acontecendo... tem algumas interpretações sobre isso, mas a gente não tem certeza sobre quais são os fatores que mais contribuem para esse processo, que parece bastante geral. Mas é verdade que há uma infeliz afinidade entre o universo acadêmico e esses processos.

Uma mudança muito grande que eu percebo em relação a isso é que nós temos falado mais sobre adoecimento mental. Isso se tornou uma pauta de discussão e isso se tornou algo que as pessoas compartilham muito abertamente. Então, para os alunos de graduação e de pós-graduação, compartilhar isso, compartilhar essas experiências, compartilhar o seu sofrimento, suas questões, o modo como fazem seus tratamentos, se tornou algo muito mais comum. E isso tem um efeito muito positivo,

que é colocar a instituição a pensar sobre de que maneira ela tem um papel nesses processos, fazer com que a gente discuta coletivamente o que faz com que isso aconteça, tem um papel de dar visibilidade a esse problema. Mas, eu percebo que tem um risco, que é uma certa fixação nesse lugar de entender o adoecimento mental como uma condição muito forte, muito fixa do aluno, da pessoa, enfim, e que eu acho que tem efeitos muito ruins. Aí, infelizmente, eu entendo que a instituição tem um papel: o espaço acadêmico produz adoecimento mental. E esse adoecimento tem a ver com as dinâmicas que são próprias desse espaço, tem a ver com o modo como as relações se estruturam, tem a ver com o modo como se percebe a relação de cada um com o conhecimento, com a produção de conhecimento... Então há questões que, a gente poderia dizer, são quase estruturais do campo acadêmico, do modo como as relações são organizadas, que favorecem o adoecimento mental. Mas, do ponto de vista pessoal, da pessoa que está enfrentando esses processos – e eu já passei por isso, eu já tive processos de adoecimento mental vinculados ao trabalho, ao trabalho acadêmico – essa reflexão sobre o que é institucional, estrutural, etc., pode, justamente, ter um efeito ruim, um efeito de fixação, de que isso é uma condição inescapável, etc. Então, eu vejo que a gente tem muitos desafios com relação a isso. Eu entendo que é necessário discutir institucionalmente o modo como a gente se relaciona, o modo como a gente forma os alunos, as condições que os alunos têm para enfrentar suas trajetórias... Entendo que tudo isso precisa ser discutido e que está relacionado aos processos de adoecimento mental. Mas tem uma outra dinâmica acontecendo que também pode agravar esse cenário... De se identificar muito com esse lugar [do adoecimento mental], eu entendo que isso pode ser muito prejudicial.

O que eu entendo que é um caminho de enfrentamento, para além da ideia de condições materiais, porque é claro que tem uma dimensão da angústia, tem uma dimensão da dificuldade de enfrentar certos desafios, que tem a ver com como esses desafios se colocam, com as condições efetivas, concretas, materiais, que os alunos têm de conseguir um trabalho, de se entender na sua trajetória... Os alunos de pós-graduação, como é que eles vão se inserir posteriormente a pós-graduação. Então tem questões que são muito materiais, mas, do ponto de vista mais subjetivo – e que tem a ver com o modo como as pessoas se percebem no campo – a ideia da competitividade, da pressão, etc. Me parece que o trabalho coletivo é um caminho interessante. Entender a produção de conhecimento de maneira mais coletiva descentraliza um pouco esse foco nas capacidades, no desempenho – desempenho como alguma coisa que é pessoal, que tem a ver com o que eu consigo e com o que eu não consigo, com o que eu sou e com o que eu não sou... E que, muitas vezes, é o que acaba emergindo dentro do espaço acadêmico como parte desse sofrimento. E aí, claro, acho que a gente tem as próprias desigualdades que estão presentes no espaço acadêmico, e que tem a ver com as trajetórias dos alunos, também contribuem para esses processos subjetivos. Então, o sentir-se pertencente, o sentir-se capaz de desenvolver o trabalho, o sentir-se parte: tudo isso tem a ver, e a gente estuda isso, com o modo como as trajetórias são formadas. Então, quer dizer, aqui tem questões estruturais também que são bem importantes.

Bloco 4 – Ciências Sociais: Ontem, hoje e amanhã

1E: Professora, no começo da entrevista a senhora mencionou seu encanto com Bourdieu, que escreveu, em

conjunto com os seus colegas, uma obra que costumamos ter contato em disciplinas de métodos, O ofício do sociólogo. Agora, para a senhora: O que o campo da sociologia e o ser-socióloga significam para você?

BG: Difícil essa pergunta, porque quando vocês falam “o campo da sociologia” isso já me remete a uma dimensão institucional, o que tem a ver com relações, trajetórias, carreira... enfim, que não possuem um grande significado para mim. São desafios da carreira. Já a sociologia, enquanto conhecimento e disciplina, tem um grande sentido para mim. É o que vocês mencionaram, eu sempre volto para esse lugar de identificação pessoal com a área. Eu compartilho de uma atitude diante da sociologia, que é aquela manifesta em A ordem da interação de Erving Goffman. É a fala de posse da presidência da Associação Americana de Sociologia. É um artigo, não uma fala, porque ele faleceu antes de assumir a presidência. Eu não tenho uma relação com a sociologia que olhe para essa disciplina como solução para os problemas do mundo, tampouco entendo que os sociólogos saberiam melhor do que outros atores sociais como o mundo deve funcionar, ou que a sociologia possuiria um lugar de liderar como o mundo deve funcionar. Eu entendo, na verdade, que ela é uma área de conhecimento que oferece instrumentos muito valiosos e particulares de compreensão do mundo, da vida social. Trata-se de entender a sociologia como forma de conhecimento específica. E essa particularidade tem a ver justamente com a sociologia ser desenvolvida como uma forma especializada de conhecimento. São instrumentos para compreender o mundo, instrumentos importantes... Mas não entendo que a sociologia tenha esse lugar de solucionar os problemas do mundo, nada neste sentido.

1E: Na sessão anterior, quando discutimos a docência, a senhora já apontou alguns desafios do próprio sociólogo atualmente. Eu gostaria de perguntar quais os principais desafios que a senhora enfrentou no início da sua trajetória e/ou que enfrenta atualmente, para além daqueles já mencionados.

BG: Acho que há desafios de ordens distintas. De fato, o trabalho acadêmico é bastante exigente. Desenvolvemos atividades muito diversas. No meu caso, participo da Coordenação de Curso (CoC), temos a dimensão do trabalho, da docência, da orientação, da realização de pesquisas, da produção de resultados de pesquisas para daí circulá-los. É uma atividade com demandas muito diversas e que precisam ser administradas por nós. E isso não é sempre fácil. É difícil conciliar e administrar as demandas e prioridades; fazer tudo de maneira correta e séria, que é algo, para mim, muito importante; não negligenciar a docência, porque estou dedicada à pesquisa; nem negligenciar a pesquisa, porque estou dedicada à coordenação de curso... Então, esse é um desafio muito grande da carreira. Temos desafios específicos, também, relacionados a cada uma dessas áreas. Eu destacaria esse: lidar com o que é o trabalho, me parece sempre demandante.

1E: A senhora mencionou outras formas de se exercer a sociologia, para além da carreira acadêmica – a tradicional e já consolidada alternativa de carreira. Quais outras possibilidades a senhora vê para pessoas interessadas na área de Ciências Sociais?

BG: Eu não teria nenhuma resposta inovadora, com relação a isso... São as possibilidades que tentamos conversar com os alunos, que passam por atuações no setor público, em

organizações não-governamentais, ou naquilo que chamamos de Terceiro Setor, que sei que, muitas vezes, não é tão bem-visto... Mas entendo que são áreas de atuação profissional interessantes. Hoje há trabalhos novos e que tem a ver com a demanda dos próprios estudantes interessados em aprender linguagens de programação – porque há, de fato, interesse nessa combinação particular na formação em Ciências Sociais com essa capacidade técnica de lidar com linguagens de programação. Isso é uma área profissional nova e recente e que são os alunos que estão trazendo isso como demanda para o curso. De maneira geral, entendo que são essas possibilidades que temos de atuar como pesquisador, mas como pesquisador aplicado, olhando questões mais práticas. Por ter essa formação de refletir sobre desenhos de pesquisa e como se estrutura a produção de conhecimento, permite que o cientista social desempenhe isso bem.

1E: O que podemos fazer para tornar os espaços acadêmicos de Ciências Sociais mais inclusivos e combater formas de opressão (como misoginia, racismo, homotransfobia e capacitismo) nesses espaços?

BG: Entendo que, de novo, essa discussão e até os modos de transformar o espaço da universidade para que ele seja um espaço mais inclusivo, tem sido, na minha visão, em boa parte liderada pelos alunos. Eu entendo que é um processo muito interessante de se observar: como os alunos trazem uma série de demandas que são absolutamente legítimas e que têm colocado os professores, obviamente, a pensar e a reagir a essas demandas. Acho que tem a forma como se entende essa posição – daquele que fala, daquele que produz conhecimento – e como olhamos para esse lugar, o que é bastante importante porque, justamente, é um espaço que sempre foi muito pouco

inclusivo. Então, como tornar esse espaço mais aberto, mais diverso, sem necessariamente negar o campo? Acho que algo importante para nossa reflexão nas Ciências Sociais – uma área bastante acadêmica e relacionada à produção de conhecimento – é como pensamos sobre a tradição que forma a disciplina e que não podemos fazer de novo. Tem algo que é constitutivo do que é a Sociologia, do que é a Antropologia, do que é a Ciência Política... Mas [é importante] que possamos hoje refletir sobre – resgatando aquilo que eu estava falando anteriormente sobre a formação na Iniciação Científica – o que é esse lugar da pessoa que produz o conhecimento. Parece-me algo que os alunos também têm refletido e trazido muito: como pensar a inclusão de autores negros, por exemplo, algo que tem efeitos e é importante; como resgatar a trajetória das mulheres que participaram da formação das disciplinas... Entendo que estes debates são todos bastante importantes e que falam um pouco da especificidade das Ciências Sociais.

É claro que aqui temos outras questões, que são as próprias condições necessárias para estar na universidade. É evidente que temos algo que fala da produção de conhecimento, mas também precisamos pensar o que é necessário para estar nesse lugar do ponto de vista mais material. Como garantimos que essa participação se dê de maneira mais igualitária? Fico sempre pensando naquilo que mencionei, os instrumentos que oferecemos aos alunos para enfrentarem as dificuldades ao longo de suas trajetórias acadêmicas têm um papel bastante importante: é necessário pensar a respeito do que precisamos explicitar e do que precisamos oferecer, como professores, para que os alunos possam se sentir parte.

Quando eu estava ministrando Sociologia III, a discussão dos alunos sobre o trabalho final levantou esse ponto: como alunos com trajetórias de vida, trajetórias pessoais que não necessariamente favorecem o caminho para a universidade,

principalmente os alunos cotistas, por exemplo, enfrentam a dificuldade de se sentir pertencentes? Entendo que isso é muito decisivo e muito importante, porque, na verdade, pauta as escolhas e o universo de possibilidades aos quais os alunos têm acesso – o que me parece uma discussão ainda mais importante do que aquela do desempenho. Precisamos entender o que podemos oferecer aos alunos para que essa apropriação do espaço se efetive: estar neste lugar [do espaço universitário]; reivindicá-lo; entender que este lugar é para mim e que eu posso estar aqui.

1E: Também nessa linha, como você pensa o potencial das Ciências Sociais, de forma geral, e da sua própria atuação enquanto socióloga de contribuir com o avanço das pautas de justiça social e anti-opressão? Enquanto alunos sempre temos visto esse debate aparecer na universidade.

BG: Nós temos na Sociologia, na Antropologia, diversos autores que contribuem diretamente com essas discussões, que têm formulações teóricas a respeito disso e que estão ganhando muito espaço nas diferentes áreas. Acho que tem aí tem uma relação que é muito direta e que enfim são autores que de fato participam do modo, inclusive, como estamos refletindo sobre o espaço acadêmico, enfim... Acho que tem aí até uma função direta [das Ciências Sociais].

1E: A última questão se encaminha para algo um pouco aberto, justamente para deixar essa brecha e pensar mais para frente. Como você percebe as transformações no campo das Ciências Sociais nos últimos anos, quais expectativas você tem para o futuro do campo e, diante dessas transformações, o que você diria para jovens, seja no ensino médio ou ingressantes da graduação, que querem construir uma trajetória no campo das

Ciências Sociais?

BG: Pergunta difícil! Eu diria assim: acho que a grande transformação está relacionada com o que disse anteriormente, que é uma transformação no espaço acadêmico – uma transformação muito feliz no mundo. Estamos vivendo uma transformação muito intensa, muito recente e que me parece muito positiva. Temos todas as razões para olhar para as resistências a esse processo de maior diversificação dos espaços sociais, de maior inclusão, de debate sobre opressão, debate sobre desigualdade. Há muitas resistências horrorosas acontecendo. Vemos uma série de reações que são muito tristes, do modo como tem acontecido... Mas, na verdade, olhando para esses processos, penso que sempre observamos como um retrocesso certas posições políticas conservadoras se manifestando mas, pelo contrário, parece-me uma reação a um grande avanço que estamos vivenciando, que tem acontecido de maneira muito rápida, de uma maior institucionalização das conversas e debates sobre essas questões. Acho que, enquanto sociedade, estamos em um processo feliz de transformação geral. E isso tem impactado a universidade, os trabalhos, a produção de conhecimento e as Ciências Sociais também. Observamos, inclusive, uma mudança nas ênfases, nos temas, no modo como as áreas especializadas estão acontecendo e me parece, em geral, muito positivo ter maior espaço para muitos desses debates.

O que seria, para mim, uma ressalva é que nós estamos vivenciando, como já aconteceu na história das Ciências Sociais no mundo e no Brasil, um momento de grande politização dos temas, das questões, das pautas, do modo de produzir conhecimento. E essa politização, o fato de que estamos trazendo os debates públicos para dentro, pensando isso estruturalmente na produção de conhecimento, é muito importante e muito positiva. Mas, para mim, um aspecto que

precisa ser cuidado é que esse processo não abafe a dimensão da curiosidade que precisa estar envolvida na pesquisa. Sempre falo disso para os meus orientandos e alunos: quando nos dedicamos à pesquisa e à produção de conhecimento, precisamos estar num lugar de dúvida e de curiosidade, de quem quer conhecer melhor e que não sabe tudo que se tem para saber a respeito do que pesquisamos. A única questão que me parece que vem junto com esse processo de transformação, talvez seja parte dele, é essa ênfase na afirmação da posição. Isso é super importante! Mas não pode tomar todo o espaço desse outro posicionamento diante do mundo, que é o posicionamento da dúvida. E, sem a dúvida, não se tem pesquisa. Esse lugar de indagação, essa atitude de tentar entender algo que ainda não entendo, não podem ser negligenciados. Mas, de qualquer maneira, eu vejo o movimento geral com muitos bons olhos.

Agora, o que dizer para alunos do Ensino Médio e os que estão iniciando nas Ciências Sociais? O que dizer... É muito difícil (risos)! Sempre quando penso na formação em Ciências Sociais ou mesmo no trabalho, não consigo desvincular do trabalho de pesquisa, isto é, o trabalho de produção de conhecimento. Eu entendo que a apropriação desse lugar pela maior diversidade possível de pessoas é absolutamente importante para o desenvolvimento da própria Sociologia e das Ciências Sociais. Seria incrível se as pessoas continuassem mantendo esse interesse e a vontade de ocupar esse lugar de quem vai produzir conhecimento em Ciências Sociais, para que isso atinja as pessoas dos mais diferentes pontos da vida social e das mais diferentes posições possíveis.

Como citar

CORVISIER, Camila et al. Entrevista com Bruna Gisi. Entrevistadores: Camila Corvisier, Guilherme Olímpio-Fagundes, Henrique Assi Hernandez, João Pedro Gomes Balanco, Lucas de Paula Fonseca, Tales Mançano. *Primeiros Estudos: Revista de Graduação em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 124-165, 2023. DOI: 10.11606/issn.2237-2423.v10i2pe00102301